

# **PROJETO DE LEI N.º 3.656, DE 2024**

(Do Sr. Leonardo Gadelha)

Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para estabelecer regras sobre direitos autorais de obras geradas por sistemas de inteligência artificial de forma integral ou majoritariamente autônoma.

**DESPACHO:** 

APENSE-SE À(AO) PL-2721/2024.

**APRECIAÇÃO:** 

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

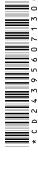
(Do Sr. LEONARDO GADELHA)

Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para estabelecer regras sobre direitos autorais de obras geradas por sistemas de inteligência artificial de forma integral ou majoritariamente autônoma.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.
5°
XV – obra elaborada por sistema de inteligência artificial de
forma integral ou majoritariamente autônoma: obra gerada por
sistema de inteligência artificial cuja concepção criativa decorra
exclusiva ou majoritariamente de processos automatizados,
sem qualquer intervenção humana ou com intervenção humana
não-substancial e pouco significativa para a concepção criativa
da obra final. (NR)
Art. 8°





VIII – as obras previstas no art. 7º que tenham sido elaboradas
por sistemas de inteligência artificial de forma integral ou
majoritariamente autônoma. (NR)
Art. 21-A. Os órgãos competentes para o registro de obras
intelectuais deverão dispor de mecanismos para identificar e
classificar as obras criadas por sistemas de inteligência artificial
de forma integral ou majoritariamente autônoma, a fim de
assegurar sua correta categorização como obras de domínio
público. (NR)

- § 1º Aplica-se às obras póstumas o prazo de proteção a que alude o caput deste artigo.
- § 2º As obras elaboradas por sistemas de inteligência artificial de forma integral ou majoritariamente autônoma não gozarão de qualquer prazo de proteção de direitos patrimoniais, pertencendo ao domínio público desde o momento de sua publicação. (NR)"
- Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Os mecanismos de proteção de direitos autorais desempenham um papel fundamental na indústria criativa, pois garantem a tutela legal dos esforços intelectuais de artistas, escritores, músicos, e demais criadores. Esses direitos permitem que os autores controlem o uso de suas





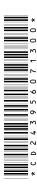
obras, concedendo a eles a exclusividade sobre a reprodução, distribuição, e exibição de suas criações. Na ausência de tal proteção, o trabalho criativo estaria vulnerável à exploração indiscriminada, desincentivando a inovação e a criação de novas obras. Essa proteção é essencial para que os criadores possam continuar desenvolvendo conteúdos originais, sabendo que seus direitos são respeitados.

Os principais conceitos de direitos autorais envolvem a propriedade intelectual, que se refere à proteção legal das criações do intelecto humano, e o direito moral, que assegura que os autores tenham seus nomes vinculados às obras e que estas não sejam modificadas de maneira que desvirtue sua essência. Além disso, o direito patrimonial permite ao criador o controle sobre o uso comercial de sua obra, sendo ele o único autorizado a explorar economicamente suas criações ou conceder licenças para terceiros. Esses conceitos estão presentes em legislações ao redor do mundo, como a Convenção de Berna e leis nacionais, como a Lei nº 9.610/1998 no Brasil, que regula os direitos autorais no país.

Garantir aos autores o usufruto de suas obras também tem uma importância econômica significativa. A possibilidade de explorar economicamente as criações incentiva a produção de novos conteúdos e promove o crescimento da indústria criativa como um todo. Indústrias como cinema, música, literatura e de programas de computador dependem diretamente da proteção de direitos autorais para sustentar seus modelos de negócios. Sem essa proteção, os criadores não teriam incentivo financeiro para investir seu tempo e recursos em novas produções, impactando diretamente a oferta de bens culturais e inovações tecnológicas.

Além disso, a proteção dos direitos autorais estimula a economia ao gerar empregos e movimentar cadeias produtivas associadas às obras protegidas. Desde a produção de conteúdo até a sua comercialização e distribuição, a indústria criativa depende do equilíbrio entre a liberdade de criação e a garantia de que os criadores possam receber compensação justa por seu trabalho. Portanto, os mecanismos de proteção autoral são fundamentais para a sustentabilidade financeira dos setores criativos e para o desenvolvimento contínuo de culturas e ideias no contexto global.





Como se pode perceber, a criação de leis nacionais e tratados internacionais voltados à proteção dos direitos autorais tem, como fundamento central, a valorização da criatividade humana e a proteção do autor como um indivíduo pessoalmente identificado. Esses mecanismos jurídicos construídos com o objetivo de garantir que as criações artísticas, literárias, científicas e intelectuais de um ser humano recebam proteção legal, assegurando ao autor o controle sobre a utilização de sua obra, a atribuição de sua autoria e a remuneração pelo uso de sua criação. Assim, o esforço legislativo está essencialmente voltado a preservar o direito do criador humano, cuja obra reflete sua personalidade, habilidades e intenções criativas únicas.

Por outro lado, as obras geradas por inteligência artificial se afastam, conceitualmente, dos propósitos que justificam a existência de regras sobre direitos autorais. As criações humanas são produto da experiência subjetiva, do talento, e da criatividade individual do autor. Cada obra é uma expressão pessoal, refletindo a originalidade e a intenção do criador. Por outro lado, as obras geradas por sistemas de inteligência artificial, ainda que possam parecer criativas à primeira vista, não carregam essa carga subjetiva e de intencionalidade. A IA funciona por meio da aplicação de algoritmos que processam grandes volumes de dados, seguindo padrões previamente estabelecidos durante seu treinamento, e não é capaz de criar algoverdadeiramente novo ou original no sentido humano do termo. Esse processo gera uma obra sem qualquer elemento de inspiração, propósito ou expressão pessoal, uma vez que a IA, em sua essência, não possui cognição, emoções ou intencionalidade.

Tecnicamente, sistemas de IA são treinados por meio de redes neurais artificiais e modelos de aprendizado de máquina que processam dados em grande escala, identificando padrões e replicando-os em novas combinações. O treinamento de uma IA consiste em alimentá-la com dados preexistentes — que podem incluir textos, imagens ou sons produzidos por humanos — para que o sistema aprenda a gerar novas saídas com base nesses dados. A IA não é capaz de criar a partir de uma inspiração, pois depende completamente de dados históricos para operar. A linguagem de programação usada em IA, como o Python com bibliotecas especializadas em





aprendizado de máquina (por exemplo, TensorFlow ou PyTorch), permite que a IA aprenda a partir de exemplos, mas nunca se aproxime da criatividade humana genuína. Esse processo de "criação" é puramente algorítmico e matemático, e não fruto de intuição, reflexão ou inspiração.

Além disso, a ideia de que obras geradas por inteligência artificial possam ser consideradas "criativas" colide com o conceito de originalidade exigido pelos direitos autorais. Originalidade, nesse contexto, envolve a capacidade de criar algo novo que reflita a personalidade e a visão do autor, o que uma máquina simplesmente não consegue fazer. As criações de IA, por mais complexas que sejam, são, no final, o resultado da recombinação de elementos preexistentes, gerando resultados previsíveis dentro dos limites de seu treinamento. Portanto, do ponto de vista técnico e conceitual, obras geradas por inteligência artificial não podem ser equiparadas às obras criativas geradas por humanos, pois carecem da intencionalidade, subjetividade e originalidade que justifiquem a proteção dos direitos autorais. Esse afastamento conceitual justifica a exclusão dessas obras da proteção autoral.

Em todo o mundo, diversas iniciativas têm sido colocadas em prática com o objetivo de atualizar as regulamentações sobre direitos autorais frente às obras geradas por inteligência artificial. Dentre as mais significativas, destaca-se o documento do *British Copyright Council* (BCC), que responde a um chamado da WIPO (Organização Mundial da Propriedade Intelectual) sobre a relação entre inteligência artificial e direitos autorais¹. O BCC defende que a proteção autoral deve continuar sendo exclusiva para criações humanas, rejeitando a ideia de que obras geradas por IA possam ser protegidas por direitos autorais. O documento argumenta que o conceito de autoria está intrinsecamente ligado à criatividade humana, e que conceder direitos autorais a sistemas de IA desvalorizaria o trabalho humano. Além disso, sugere uma análise com muita precaução sobre a eventual possibilidade de criar um sistema de proteção *sui generis* para obras geradas por IA, que ofereceria uma proteção limitada, porém distinta dos direitos autorais tradicionais.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> BRITISH COPYRIGHT COUNCIL. WIPO draft issues paper on intellectual property and artificial intelligence: response from the British Copyright Council. Disponível em: <a href="https://www.wipo.int/export/sites/www/about-ip/en/artificial\_intelligence/call\_for\_comments/pdf/org\_bcc.pdf">https://www.wipo.int/export/sites/www/about-ip/en/artificial\_intelligence/call\_for\_comments/pdf/org\_bcc.pdf</a>. Acesso em: 17 set. 2024.





No contexto brasileiro, o projeto de lei que ora apresentamos visa alterar a Lei nº 9.610/1998, que trata dos direitos autorais, para enfrentar o desafio crescente das obras geradas por inteligência artificial. Trata-se de uma iniciativa inédita e de grande relevância, pois entendemos que, à medida que sistemas de IA se tornam mais avançados, é imprescindível que nosso ordenamento jurídico esteja preparado para lidar com as implicações dessas tecnologias. O projeto estabelece que obras criadas de forma integral ou majoritariamente autônoma por inteligência artificial não serão protegidas por direitos autorais e serão consideradas de domínio público. Essa abordagem visa assegurar que os direitos autorais continuem protegendo exclusivamente as criações humanas, mantendo a essência da originalidade e da expressão criativa pessoal como os pilares centrais dessa proteção legal.

Optamos por um caminho mais restritivo do que o proposto no documento do BCC, que sugere a possibilidade de criação sistema *sui generis* de proteção para obras geradas por IA — ainda que adote bastante cautela quanto à eventual implementação de um sistema nestes moldes. Nossa posição é clara: obras criadas por sistemas de IA, por mais avançados que sejam, não possuem a carga subjetiva, a intencionalidade ou a originalidade necessárias para justificar qualquer forma de proteção autoral, mesmo que limitada ou mitigada. A criação de um sistema de proteção, ainda que restrito, para obras geradas por IA poderia abrir precedentes indesejados e enfraquecer o valor da criação humana, distorcendo o propósito central dos direitos autorais, que é a valorização do esforço e da inovação criativa dos indivíduos.

Temos plena convicção de que a proposição do presente projeto de lei é tanto conveniente quanto oportuna, pois preserva os fundamentos da proteção autoral e antecipa possíveis desafios trazidos pela ascensão da inteligência artificial. Por isso, conclamamos o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação, assegurando que o Brasil se mantenha na vanguarda da defesa dos direitos dos criadores e das bases que sustentam a originalidade e a criatividade humana.

Sala das Sessões, em de de 2024.





#### Deputado LEONARDO GADELHA

2024-12328







# CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI N° 9.610, DE 19 DE	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1998/lei9610-
FEVEREIRO DE 1998	19-fevereiro-1998-365399-norma-pl.html

#### FIM DO DOCUMENTO